 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 044. Mobilidade dos Povos Indígenas: fronteiras, conflitos e desafio dos direitos humanos

Antônio Hilário Aguilera Urquiza (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) - Coordenador/a, Jane Felipe Beltrão (Universidade Federal do Pará) - Coordenador/a, Jorge Eremites de Oliveira (Universidade Federal de Pelotas) - Debatedor/a O GT pretende reunir trabalhos de pesquisadores/as que tenham pesquisa sobre os novos contextos ou cen?rios de mobilidade dos povos ind?genas, entre aldeias, entre fronteiras, ou mesmo para centros urbanos, realidades ?s vezes produzidas por deslocamentos for?ados motivados por grandes empreendimentos, ou hist?rias de expuls?o de seus territ?rios tradicionais e as tentativas de retorno na atualidade. Conforme dados do (IBGE ? 2010) ao redor de um ter?o da popula??o ind?gena vive em espa?os urbanos, enquanto outra parte vive em ?reas de conflito, em acampamentos em margem de rodovias, ou mesmo em ?reas tituladas por particulares, na maioria dos casos, em contextos de extrema viol?ncia. A mobilidade ind?gena muitas vezes ? forma de resist?ncia a m?ltiplas formas de viol?ncias: territoriais, culturais, pol?ticas, de g?nero, dentre outras, ?s quais os levam a intensa movimenta??o pol?tica com novas posi?es frente a um Estado usurpador de direitos, ao mesmo tempo em que procuram ocupar novos espa?os pol?ticos, como universidades e ag?ncias do pr?prio governo. Assim, este GT pretende reunir pesquisadores/as com afinidade na tem?tica ind?gena e ?reas afins que tragam contribui??o para esse debate.

> **Deslocamentos forçados, territorialidade & Povos Indígenas: os anos de chumbo no Relatório Figueiredo**
>
> **Autoria:** Bianca Monteiro Porto da Cunha Ferreira, Bianca Monteiro Porto da Cunha Ferreira Paulo Victor Neri Cardeal
>
> Neste artigo analisa-se a política dos deslocamentos forçados acionada pelo Estado brasileiro em face dos povos indígenas no período da Ditadura Militar (1964-1985), tendo como referência os escritos do Relatório Figueiredo (RF). Este, conjunto documental produzido em pleno período ditatorial (1967) que reúne evidências concretas das irregularidades cometidas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) ? órgão responsável pela política indigenista entre 1910 e 1967 -, bem como de remoções forçadas e extermínio de comunidades indígenas inteiras por ação ou omissão da referida agência estatal. Busca-se analisar, pois, o que mostra o RF sobre os aparelhos de poder concatenados, burocraticamente, pelo Estado brasileiro e por agentes econômicos, em relação aos povos indígenas a partir da sistêmica prática de deslocamentos e esbulho de seus territórios. Tal reflexão se dará, também, considerando uma microanálise das relações cotidianas de poder, pautadas por violências e violações aos sujeitos etnicamente diferenciados, e dos efeitos sociais destas violências.

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**